



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO – ESS/UFF: INQUIETUDES DE UM PERCURSO COLETIVO

PAULA DOS SANTOS KROPF¹

ANA LIVIA ADRIANO²

ROBSON ROBERTO DA SILVA³

RESUMO

Compreendida como um elemento constitutivo da universidade, a extensão solicita a reflexão orgânica do projeto de educação e de formação profissional que defendemos. As determinações contemporâneas que conformam o processamento da *curricularização da extensão* assinalam exigências políticas e institucionais que devem ser respondidos coletivamente e com firmeza teórico política. Desse modo, a afirmação de uma extensão popular e de universidade popular expressa-se como uma necessidade sociopolítica de luta por uma educação pública, democrática e de qualidade, em que os acúmulos teóricos e ético-políticos processados na construção da cultura profissional crítica são mobilizados e fortalecidos.

PALAVRAS-CHAVE: curricularização da extensão; extensão popular; formação profissional

ABSTRACT

Understood as a university constitutive element, extension requires organic reflection on the education and professional training project that we defend. The contemporary determinations that shape the extension curricularization process indicate political and institutional

¹ Universidade Federal Fluminense

² Universidade Federal Fluminense

³ Universidade Federal Fluminense

demands that must be collectively and theoretical-political firmness responded. In this way, popular extension affirmation and a popular university is expressed as a fight sociopolitical need for a public, democratic and quality education, in which the theoretical and ethical-political accumulations processed in construction of the critical professional culture are mobilized and strengthened.

Keywords: curricularization of extension; popular extension; professional training

1. INTRODUÇÃO

O processo de curricularização da extensão revela os diversos atravessamentos que a formação profissional encontra, no que tange aos determinantes e exigências político pedagógicas de um campo de disputas como a educação. Considerando o significado social da universidade, a extensão, enquanto prática político-pedagógica que constitui o tripé ensino-pesquisa-extensão, evidencia tais tensionamentos, mas também as potencialidades como espaço de resistência àqueles que a defendem como princípio ético-político, quando articulada organicamente e referenciada socialmente às lutas dos trabalhadores e a defesa de uma educação humanizadora dos sentidos e da vida.

A partir da Constituição Federal/88, as instituições públicas de ensino superior, como parte do sistema de políticas públicas conquistado pelos/as trabalhadores/as brasileiros/as, têm como centro de sua atuação a garantia de direitos às parcelas mais pauperizadas da população, em especial àqueles segmentos da classe trabalhadora mais atingidos com a desigualdade inerente à sociabilidade do capital. Nessa perspectiva, a Universidade Pública Brasileira se constitui como um patrimônio que deve cumprir articuladamente “a formação profissional e a reflexão crítica sobre a sociedade (ANDES-SN, p. 17, 2013)”, a partir do tripé ensino-pesquisa-extensão, com a função de assegurar integração social, acesso aos bens culturais e aos conhecimentos socialmente produzidos pela humanidade, atuando como espaço de produção de conhecimentos nas diversas esferas da ciência e de tecnologia para o desenvolvimento social.

Partimos da compreensão de que a Educação Pública “deve ser pública e gratuita, em seus diferentes níveis e modalidades, à medida que esta é um direito social inalienável da

população brasileira e não um serviço ou uma mercadoria, deve-se recusar com veemência a cobrança de qualquer tipo de taxa” (ANDES-SN, 2013, p. 17)

Desse modo, a afirmação do caráter público e de qualidade da formação de ensino superior deve expressar materialidade na totalidade do tripé ensino-pesquisa-extensão,

Reforçando a defesa de que a Universidade Pública deve ser “gratuita, democrática, laica, de qualidade e socialmente referenciada (...) comprometida com a qualidade e a responsabilidade social do trabalho acadêmico e com a construção de uma sociedade justa e igualitária (ANDES-SN, 2013, p. 17)”.

É a partir dessa perspectiva que entendemos a extensão universitária como espaço privilegiado de formação profissional, em diferentes áreas do conhecimento, enquanto possibilidade de afirmação de um projeto de Universidade inclusiva, contribuindo para a formação dos estudantes e professores na priorização de práticas voltadas para o atendimento das necessidades sociais concretas da sociedade. Além disso, é a prática extensionista também espaço privilegiado para possibilitar o acesso à universidade pública aos segmentos da população que ainda estão fora do universo acadêmico, fortalecendo seu caráter social e a troca de saberes com a sociedade. e contribuir na formação profissional.

A realização de ações extensionistas que viabilizem a articulação dos pressupostos acima elencados, reafirmando o caráter social e emancipatório, bem como o compromisso com os interesses da classe trabalhadora, exige o desenvolvimento de práticas articuladas aos movimentos sociais de diferentes áreas e com políticas públicas e sociais que reafirmem os direitos conquistados. É por esse caminho que teve início a elaboração de uma proposta para estruturar a implementação da curricularização da extensão no Curso de Serviço Social da UFF/ Niterói, reafirmando os princípios de seu Projeto Político Pedagógico, conforme apresentaremos a seguir.

2. DESENVOLVIMENTO

Conforme mencionado, a ação extensionista como uma atividade acadêmica, situada no tripé elementar da função da universidade, tem a Constituição Federal de 1988 como um importante marco. A partir dele, temos o fortalecimento da implementação da extensão como um objetivo fundamental, que paulatinamente consolida o espaço com a criação de parâmetros e o

desenvolvimento dos planos de extensão das instituições de ensino superior, articulados ao ensino e à pesquisa.

A relevância da extensão como atividade importante na formação de nível superior, vai se consolidar com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. É com o Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2014 – 2024 (Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014) que se materializa o objetivo de assegurar a participação em atividades extensionistas como parte do currículo da graduação. Sob a meta 12, estratégia 12.7, o referido documento estabelece que se deva “assegurar, no mínimo, dez por cento do total de créditos curriculares, exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social”. As diretrizes para a sua regulamentação estão dispostas na Resolução nº 07 do Conselho Nacional de Educação de 2018.

Com essas bases colocadas para a curricularização da extensão, as universidades se veem envoltas a grandes desafios para concretização da exigência, de acordo com as modalidades previstas. Considerando os projetos em disputa que se materializam na conformação cotidiana das unidades de ensino superior, o Serviço Social, através da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), elabora um material para subsidiar o debate, a partir do contato com as experiências em desenvolvimento e o diálogo com as UFA's, tomando como pressuposto o compromisso com os princípios das Diretrizes Curriculares e do projeto de formação profissional. Tendo como horizonte uma perspectiva crítica, a ABEPSS chama atenção para o desafio, na atualidade, de estabelecer relações entre os princípios profissionais e as práticas extensionistas, a partir de uma “*concepção de extensão que entendemos pode ser chamada de popular, comunicativa e orientada para os processos de emancipação humana*” (ABEPSS, 2022, p. 17).

Alicerçada na trajetória acima exposta, em agosto de 2023, é formada uma Comissão de Extensão da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense de Niterói⁴, cujo objetivo inicial se desenhou a partir do debruço sobre os marcos legais e os acúmulos construídos pela categoria profissional, com vistas a traçar estratégias para implementação da curricularização na referida Escola, considerando os desafios sistematizados no documento da ABEPSS e as particularidades constitutivas da realidade da instituição. O início se dá permeado por reuniões regulares, para debate em torno da questão, onde se destacam importantes momentos de troca



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

com a comunidade acadêmica e com pesquisadores e docentes de outras unidades de formação acadêmica. Foram construídos diversos espaços políticos pedagógicos para debater a proposta de curricularização do curso, durante o segundo semestre de 2023, os quais evidenciaram a necessidade de construção de uma política e de uma coordenação de extensão para a Escola de Serviço Social. Acrescido a esses movimentos de debate coletivos, a comissão mobilizou reuniões departamentais e Colegiados para socialização de sistematização das reflexões e construção da processualidade da extensão.

Diante das modalidades de ações extensionistas previstas nos documentos políticos e jurídicos que orientam o debate da curricularização na profissão, os programas, projetos, cursos, eventos e prestação de serviços aparecem indicadas como atividades possíveis. Devido às dificuldades concernentes à exigência e prazo de implementação e cumprimento da carga horária por parte do corpo estudantil, algumas UFA's – de diferentes cursos – tem encaminhado como alternativa a realização de atividades de extensão como parte de algumas disciplinas das respectivas grades curriculares, tendo o cômputo parcial da carga horária destinada a essa finalidade. O debate realizado na ESS/UFF rejeitou a presente proposta, entendendo a natureza da extensão, que deve se configurar, referenciando o documento da ABEPSS, pela prática cunhadas nos princípios da educação popular, fomentando um espaço de atuação para estudantes que possibilite a reafirmação do projeto ético-político da profissão.

Logo, o debate das disciplinas extensionistas e sua creditação foi recusado coletivamente, por entender que a intersecção entre ensino e pesquisa deve se dá de forma qualificada e orgânica. A intersecção deve ser de forma e conteúdo, sem onerar carga horária das disciplinas e tampouco produzir um rebaixamento da qualidade do ensino e ações extensionistas. Desse modo, pensou-se numa formação inicial aos discente, que se expressa como condição primeira para o desenvolvimento da creditação da extensão, com direção teórica e política sustentado na educação popular e na metodologia freiriana do Círculo de Cultura. Tal experiência tem nos revelado enormes achados e afirmado nossos princípios e práticas numa perspectiva crítica, que recusa os facilitismos da prestação de serviços e cobrança de serviços, bem como precariza as ações e esvazia seu conteúdo político formativo.

Nesse sentido, a comissão elaborou uma proposta de formação em torno da temática, que resgatasse o debate acerca da universidade e sociedade, pontuando o processo de curricularização da extensão, tendo como base a seguinte ementa:

A curricularização da extensão e os avanços, desafios e contradições do processo. Histórico da Extensão no Brasil, processo de disputas por uma Universidade socialmente referenciada e popular. Papel social da Universidade pública no Brasil. Eixos centrais de constituição de uma extensão popular e socialmente referenciada: educação popular; articulação com movimentos sociais e populares e interdisciplinariedade (ESS/UFF, 2024).

Como já assinalamos, a premissa dessa proposta de formação se constituir como uma etapa formativa antecedente à inserção de estudantes nas ações extensionistas, buscando abordar o estudo geral dos marcos reguladores da extensão no Brasil e na UFF, além de prever também a aproximação com experiências extensionistas, movimentos sociais e populares, tem como fio condutor os princípios da educação popular, em seu conteúdo e, especialmente, como escolha metodológica para desenvolvimento dos encontros. Tal atividade recebeu o nome de “Círculo de Cultura” – em referência à proposta pedagógica freireana, reafirmando a pretensão de consolidar um momento inicial de produção coletiva de conhecimento, partindo dos saberes, experiências e histórias de vida dos sujeitos participantes.

Além de um resgate dos marcos legais da extensão na política educacional do ensino superior no país, dos subsídios para o Serviço Social, o material contempla uma síntese das particularidades da curricularização na UFF, e um quadro de desafios e tarefas para a ESS/UFF. Além disso, apresenta a proposta de formação dos Círculos de Cultura e defende a constituição de uma Coordenação de Extensão. Esta, considerada como elemento fundamental para a implementação e acompanhamento da curricularização da extensão junto a docentes e discentes. Dentre suas competências, destacamos: - Acompanhar a inserção de estudantes em atividades de extensão, com verificação de carga horária; - Avaliar as atividades de extensão que estudantes indiquem interesse em participar; - Orientar a comunidade acadêmica da ESS/UFF quanto ao desenvolvimento das ações extensionistas; - Solicitar junto aos docentes da ESS/UFF o elenco das atividades extensionistas a serem desenvolvidas no semestre; - Contribuir para a promoção de um processo de construção coletiva da curricularização da extensão; - Participar da criação de espaços de discussão e afirmação da concepção de extensão defendida pela ESS/UFF; - Promover atividades voltadas para a formação continuada de docentes e técnicos da ESS para a apreensão da curricularização da extensão.

Importante assinalar que a aprovação da Política de Extensão da ESS/UFF se deu em um contexto de greve de servidores técnico-administrativos da universidade que, dentro de um período de um mês, se unificaria, com a adesão de estudantes e docentes. Desse modo, e considerando a preocupação com o desafio de iniciar a curricularização na Escola, foi aprovado como atividade de greve a realização da primeira turma do Círculo de Cultura, exclusiva para

estudantes do primeiro período que se enquadrava na exigência – ingressantes em 2023.1. Os encontros aconteceram entre os meses de maio a julho e contaram com a participação de 23 estudantes. Ao final, toda a turma se inseriu nas diferentes ações extensionistas desenvolvidas por docentes da Unidade. Atualmente, mais duas turmas simultâneas estão em funcionamento, com previsão de término para meados de setembro, totalizando 55 estudantes.

Os encontros abordam as seguintes temáticas: universidade e extensão, serviço social e extensão popular, educação popular, mobilização e práticas educativas. Também são compreendidas atividades político-práticas, com a participação em espaços deliberativos de diferentes segmentos (assembleias, fóruns, reuniões) e a aproximação com ações extensionistas em desenvolvimento.

Além disso, a Coordenação de Extensão, em conjunto com a Coordenação de Curso, vem buscando o estabelecimento de parceria com projetos de outras unidades, como forma de ampliar o quantitativo de vagas disponíveis. Com a preocupação de assegurar a pertinência das propostas, frente ao escopo político formativo do Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social da UFF e das diretrizes de curricularização da extensão aprovadas pelo departamento, está em elaboração um plano de atividades discente, que servirá como norteador do campo de possibilidades para a atuação.

Há muito ainda a ser feito, e os desafios são grandes, conforme já sinalizado no documento da ABEPSS (2022). No que se refere à concepção de Extensão, o acompanhamento da Coordenação de Extensão se faz relevante, especialmente para com as ações externas, que não se circunscrevem no mesmo embasamento que transversaliza o projeto de formação profissional do Serviço Social. Assegurar a efetivação dos parâmetros da Política Nacional de Extensão, na defesa de um projeto de universidade pública, presencial, laica, gratuita e socialmente referenciada, materializado em uma concepção de extensão popular e que atue diretamente junto aos movimentos sociais.

Outra preocupação se refere à realidade das e dos estudantes trabalhadoras/es, considerando a realidade do perfil discente, no sentido de garantir condições para a inserção e efetiva participação nas ações de extensão, que corroborem com a manutenção da permanência no curso. A distribuição e o cumprimento da carga horária deverão ser pensados de modo a não se configurar concomitante ao estágio supervisionado.

As fontes de financiamento também são objeto de atenção, considerando os cortes orçamentários que já atravessam a realidade das universidades públicas, somados à esperada



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

ampliação da oferta de ações extensionistas, em decorrência da curricularização. Reivindicar a ampliação do quantitativo de bolsas estudantis e recursos para a viabilização das ações é fundamental para a realização de uma extensão popular e comprometida com uma formação qualificada.

3. CONCLUSÃO

As estratégias delineadas para o cumprimento da exigência de curricularizar a extensão, se materializadas em conformidade com os princípios de uma concepção de extensão popular, comunicativa e orientada para os processos de emancipação humana, poderá contribuir para estimular o desenvolvimento das potencialidades e habilidades de estudantes em distintas dimensões, como planejamento, investigação, avaliação, sistematização, articulação interinstitucional, atendimento e organização de serviços à população, o que pode favorecer também a própria capacidade da profissão de formular e dar respostas sociais.

Os grandes desafios que se apresentam no momento atual provem, por um lado, das condições materiais de estudantes que, muitas vezes, se colocam como impedimento para sua permanência nas atividades acadêmicas, bem como a participação em mais uma frente. Mas, além disso, se faz necessário pontuar o ainda limitado número de ações extensionistas em desenvolvimento. Observando seu caráter facultativo até então, extensivo à professores/as e estudantes, com a curricularização será preciso reorganizar a estrutura do trabalho docente, já por vezes sobrecarregado, de modo a contemplar a formulação e realização de ações extensionistas. Sem a ampliação do quadro de iniciativas, não será possível a inserção de estudantes de acordo com a demanda apresentada.

Quando os debates promovidos pela Comissão de Extensão acerca das estratégias e formas de creditação das atividades de extensão apontam desafios de ordem político-administrativas, estes se enquadram como prioridade no campo de atuação da coordenação de extensão, como forma de assegurar a construção do processo de curricularização de forma mais coletiva possível, centrada no compromisso com os princípios da formação profissional em Serviço Social, acompanhando a implementação das propostas e a participação discente.

Em síntese, a concepção de extensão reafirmada pela ABEPSS (2022), se apoia no método da educação popular, que coloca como ponto de partida a autonomia dos sujeitos e a



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

construção de alternativas, junto com eles, que respeitem os seus interesses; por também reafirmar a importância da relação profissional com os movimentos sociais, no sentido de redimensionar criticamente a formação e o perfil profissional; e por se referenciar em práticas educacionais emancipadoras, que contribuam com uma maior transformação da realidade social e política do país.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Curricularização da extensão e Serviço Social**. Brasília, dezembro de 2022.

BRASIL. **Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira** e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024

BRANDÃO, Carlos Rodriguês (org). **A Questão Política da Educação Popular**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

ESS/UFF. **Política de Extensão da ESS/UFF**. Niterói, 2024.

FERRAZ, Anita Pereira. **Serviço Social e extensão universitária: reflexões sobre formação profissional**. Tese de doutorado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2004.

Revista Capim Dourado. Dossiê Temático: **Curricularização da Extensão em Debate**. Palmas: Editora da UFT, volume 05, número 03, 2022. Disponível em:

<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/capimdourado/issue/view/706>